



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARIZA KUSZ

**EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
A QUESTÃO DA INFÂNCIA NAS REVISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

ERECHIM

2014

MARIZA KUSZ

**EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
A QUESTÃO DA INFÂNCIA NAS REVISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Pedagoga.

Orientadora Prof. Me. Naira Estela Rosler Mohr

ERECHIM

2014

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Kusz, Mariza

EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A QUESTÃO DA
INFÂNCIA NAS REVISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA/ Mariza Kusz.

-- 2014.

50 f.

Orientadora: Prof. Me. Naira Estela Rosler Mohr.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Pedagogia , Erechim, RS , 2014.

1. 1 INTRODUÇÃO. 2. 2. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL
? O RECONHECIMENTO DA INFÂNCIA NO PROCESSO EDUCATIVO. 3.
3. NATUREZA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ? UMA
CONSTRUÇÃO EM PROCESSO. 4. 4. EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO
INFANTIL ? CIÊNCIA E DIÁLOGOS A SEREM CONSTRUÍDOS. 5.
5. A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PUBLICAÇÕES
TEÓRICAS DE REVISTAS ESPECIALIZADAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA.
I. Mohr, Prof. Me. Naira Estela Rosler, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARIZA KUSZ

**EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
A QUESTÃO DA INFÂNCIA NAS REVISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

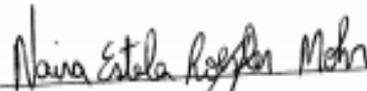
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Pedagoga.

Orientadora: Prof. Me. Naira Estela Roesler Mohr

Aprovado em:

11/12/2014

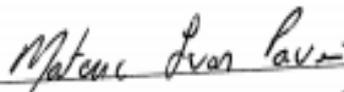
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Naira Estela Roesler Mohr - (Orientadora) - UFFS/ Erechim



Prof. Dr.ª Adriana Regina Sanceverino - UFFS/ Erechim



Prof. Esp. Mateus Ivar Pavoni - Mestrando UPF

Dedico este trabalho a toda a minha família, em especial, aos meus pais, que não puderam acompanhar essa caminhada de perto, mas sempre me incentivaram a vencer os obstáculos e os desafios encontrados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre iluminou meu caminho, dando-me coragem e força para vencer as dificuldades, os medos e as angústias.

Aos meus pais, que não puderam acompanhar essa caminhada de perto, mas me ensinaram a dar os primeiros passos, sendo para mim exemplos de coragem, determinação e honestidade. Obrigada pelo cuidado, amor e carinho com que me ensinaram a “caminhar e viver”!

Agradeço aos meus irmãos e irmãs que são, como meus pais, exemplos para mim, meu porto seguro, “meu amor maior”.

Agradeço, em especial, as minhas irmãs Miltes e Marlí, que foram as que mais de perto me acompanharam nessa jornada. Minhas irmãs e meus irmãos, “meus anjos”.

Agradeço ao meu marido André, pelo apoio, incentivo, paciência, compreensão durante esse tempo, “juntos somos fortes”, e é assim que vai ser sempre.

Aos professores da Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS, Campus Erechim, um muito obrigada pelos ensinamentos. Seus conhecimentos acadêmicos e as vivências que compartilharam conosco foram valiosos para minha formação pessoal e acadêmica.

Agradeço a orientadora deste trabalho, professora Naira Estela Rosler Mohr, exemplo de humildade, dedicação e profissionalismo. Seus conhecimentos foram importantíssimos para a conclusão deste trabalho.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste sonho, que, aos poucos, vem se tornando realidade.

Desejo que você aprenda a dançar, para se aprender a pensar é preciso primeiro aprender a dançar. Quem dança com as ideias descobre que pensar é alegria. Se pensar lhe dá tristeza é porque você só sabe marchar, como soldados em ordem unida. Saltar sobre o vazio, pular de pico em pico. Não ter medo da queda. Foi assim que se construiu a ciência: não pela prudência dos que marcham, mas pela ousadia dos que sonham. Todo conhecimento começa com o sonho. Mas sonhar é coisa que não se ensina. Brota das profundezas do corpo, como a água brota das profundezas da terra. Como mestre só posso então lhe dizer uma coisa:

—Conte-me os seus sonhos, para que sonhemos juntos.

Rubem Alves

RESUMO

O presente trabalho tem como foco de discussão a Educação Física no contexto da Educação Infantil. Considerado um tema relevante tendo em vista à expansão e reconhecimento deste nível de ensino nos últimos anos. Como recurso inicial foi utilizada pesquisa de natureza bibliográfica a fim de discutir a relação entre estas duas áreas do conhecimento. Em seguida, o estudo buscou apresentar resultados de uma pesquisa tipo estado de conhecimento, de viés quantitativo/ qualitativo, que analisou publicações no período de 2010 a 2014 de três revistas eletrônicas que desenvolvem pesquisas relacionadas à área da Educação Física: Revista Brasileira de Educação Física e Esporte; Revista Motriz e Revista da Educação Física/UEM. O objetivo foi investigar a relevância dada à Educação Infantil pelos profissionais e pesquisadores ligados à área da Educação Física em suas produções teóricas, sendo a Educação Infantil também campo de atuação destes profissionais. A análise partiu da leitura dos sumários das revistas, o que permitiu identificar entre as três revistas 13 artigos relacionados à temática “criança” (referente à criança menor de seis anos) e dois relacionados à temática “Educação Infantil”, de um total de 877 publicações (artigos/ dissertações) referente aos cinco anos analisados das três revistas. Através dos dados qualitativos e quantitativos demonstrados pela pesquisa, observamos que é pouca a ênfase dada a essa área da educação que é também campo de atuação dos profissionais da Educação Física. As poucas publicações teóricas referentes à infância estavam voltadas à investigação de habilidades e aptidão física. Percebemos a falta de um olhar investigativo sobre os benefícios da Educação Física para o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Palavras- Chave: Educação Física; Educação Infantil; Criança; Desenvolvimento Integral; Desenvolvimento Motor.

LISTAS DE SIGLAS

LDBN- Lei de Diretrizes e Bases Nacionais

ECA- Estatuto da Criança e Adolescente

RCNEI - Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil

PPP- Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL – O RECONHECIMENTO DA INFÂNCIANO PROCESSO EDUCATIVO.....	11
3. NATUREZA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA – UMA CONSTRUÇÃO EM PROCESSO.....	19
4. EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO INFANTIL – CIÊNCIA E DIÁLOGOS A SEREM CONSTRUÍDOS.....	26
5. A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PUBLICAÇÕES TEÓRICAS DE REVISTAS ESPECIALIZADAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	32
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da educação, podemos perceber a mudança de conceitos e concepções da sociedade referente à Educação Infantil e à Educação Física. Na atualidade, Educação Infantil e Educação Física são vistas como elementos significativos no campo educacional e social, mas, para isso, foi necessária a criação de leis específicas, que viessem a garantir a obrigatoriedade das mesmas no campo educacional; esse foi um processo demorado.

O direito da criança à educação foi um direito conquistado ao longo dos anos. Hoje, ao observarmos nossa sociedade, podemos perceber o aumento das escolas destinadas ao atendimento das crianças pequenas nos últimos anos, pois, a procura por essas instituições tem sido cada vez maior, e muitas crianças têm passado mais tempo no ambiente da Educação Infantil do que em casa.

Com o aumento crescente de instituições de Educação Infantil e a atual importância dada a este espaço educacional, torna-se comum encontrarmos profissionais de diferentes áreas atuando no espaço da Educação Infantil, como psicólogos, nutricionistas e profissionais da Educação Física que desenvolvem junto às crianças atividades psicomotoras. A Educação Infantil surge para estes profissionais como um novo e possível espaço de atuação.

Essa observação nos leva a refletir sobre o tema deste trabalho: “Educação Física na Educação Infantil”, pois, percebemos que o ambiente da Educação Infantil tem agregado cada vez mais profissionais da Educação Física. Essa observação nos instiga a procurar compreender em que medida percebe-se uma preocupação da Educação Infantil com campo de formação e atuação dos profissionais da educação Física.

Temos clareza que para uma maior dimensão desta análise seria necessária uma investigação mais ampliada e aprofundada que contemplassem o currículo dos cursos de graduação, bem como pesquisas empíricas com os profissionais que atuam no universo da Educação Infantil.

Entretanto, entendemos que, ao se reconhecer e delimitar determinada área do conhecimento, torna-se relevante uma elaboração teórica que a substancie e produza reflexões em torno de seu desenvolvimento. Ou seja, que possa estabelecer um diálogo e movimento constante entre teoria e prática.

Assim, optamos como um campo de discussão observar o espaço da produção científica e acadêmica, que podem sinalizar os aspectos desta produção teórica e reflexiva

sobre o tema proposto, o que acabou se desdobrando na problemática deste trabalho: “Qual a relevância dada à Educação Infantil pelos profissionais e pesquisadores da Educação Física em suas produções teóricas?”

Em termos metodológicos, optou-se por uma pesquisa de natureza teórica, com análise de documentos, leis e produção bibliográfica, onde foram utilizados autores como: Gonçalves (2011?); Caslellani Filho (2011); Medina (2011); Tani (2011); Mattos e Neira (2008); Nista-Piccolo e Moreira (2012), dentre outros.

A pesquisa também apresenta uma abordagem quantitativa e qualitativa, entendendo que “na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo” (BARDIN, 2010, p. 22), portanto, quantitativa porque buscamos identificar quantos artigos foram publicados durante o período de cinco anos nas revistas acima citadas referentes à temática “Educação Infantil” e “criança”. Qualitativa pelo fato de que “na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração” (BARDIN, 2010, p. 22). Qualitativa então, porque visa apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto.

Como objetivos específicos buscamos: analisar o processo de reconhecimento da Educação Infantil como modalidade de ensino obrigatória; identificar aspectos históricos na configuração da Educação Física como prática pedagógica; analisar a importância da prática da Educação Física no ambiente educacional da Educação Infantil através de atividades motoras, e, por fim, identificar o destaque dado à Educação Infantil e à criança pelos profissionais da Educação Física em suas publicações teóricas.

O trabalho está dividido em quatro seções. Na primeira, voltamos um olhar sobre os marcos históricos que contribuíram para que a criança fosse reconhecida como sujeito histórico e detentora de direitos.

Na segunda seção, fizemos um breve recorte histórico sobre a história da Educação Física e o processo de configuração que a levou a se tornar uma prática pedagógica. Na terceira seção, apontamos a importância da prática da Educação Física na Educação Infantil, desde que desenvolvida através de atividades que venham a proporcionar o desenvolvimento integral das crianças.

A quarta e última seção está embasada pela pesquisa por nós desenvolvida, sendo nossa pretensão verificar em que medida estudos teóricos sobre a Educação Infantil tem sido

dedicados em pesquisas de profissionais da Educação Física. Para tal, foram analisados os cinco últimos anos de publicação de três revistas científicas eletrônicas que possuem ligação com a área da Educação Física: Revista Brasileira de Educação Física e Esporte; Revista Motriz e Revista da Educação Física. Foram analisadas publicações realizadas no ano de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

A primeira revista eletrônica submetida à análise foi a Revista Brasileira de Educação Física e Esporte¹, sendo esta uma publicação da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, cujo objetivo é publicar pesquisas que possam contribuir para o avanço do conhecimento acerca do movimento humano relacionado à Educação Física e Esporte. Para alcançar tal objetivo, publica artigos que trazem resultados de pesquisas científicas realizadas em diferentes níveis de análise. Publica também artigos sobre estudos que abordam temas profissionalizantes de relevante contribuição para o desenvolvimento da intervenção nas áreas de Educação Física e Esporte. Suas publicações são trimestrais (mar. jun. set. dez.)

A segunda revista analisada foi a revista Motriz², que tem como missão a divulgação da produção científica em Ciências da Motricidade Humana e áreas correlatas, objetivando contribuir com a discussão e o desenvolvimento do conhecimento nestas áreas. A Motriz é uma revista científica trimestral (mar. jun. set. dez.), publicada pelo Departamento de Educação Física, Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista de Rio Claro, Estado de São Paulo, Brasil.

A Revista Motriz foi lançada em 1995, e até 2001, era publicada semestralmente, em 2002, a Revista Motriz começou a realizar suas publicações trimestralmente, e em 2010, a Revista Motriz foi indexada na Scientific Electronic Library Online (SCIELO), uma biblioteca eletrônica que inclui periódicos científicos brasileiros. Desde 2007, a Revista Motriz é publicada exclusivamente em formato eletrônico.

1

Rev Bras Educ Fís Esporte, disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1807-550920090003&lng=pt&nrm=iso

2

Motriz: rev. educ. fis., disponível em :
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1980657420140003&lng=pt&nrm=iso

A terceira e última revista analisada foi a Revista da Educação Física/UEM,³ que é um periódico de publicação trimestral (mar. jun. set. dez.) gratuito em formato on-line, são impressos também 500 exemplares da revista. Possui artigos publicados desde 1989, sendo anual até o ano de 2000, de 2001 a 2007 passou a ser semestral, e, desde 2008, passou a ser trimestral (mar. jun. set. dez.). O objetivo da revista é divulgar a produção do conhecimento relacionado à área da Educação Física.

Nosso foco foi o estudo dos sumários das publicações de cada revista, onde buscamos identificar artigos/dissertações cujos títulos contemplassem as palavras: Educação Infantil e Criança. Nosso primeiro passo foi identificar quantos artigos foram publicados nos últimos cinco anos nas três revistas envolvendo as palavras acima citadas, o segundo, foi a leitura dos resumos de cada artigo buscando identificar nestes a ênfase dada à criança e à Educação Infantil, sendo esta uma pesquisa quantitativa/qualitativa.

A seleção de artigos que abordassem as palavras em foco poderiam demonstrar o interesse ou não da área da Educação Física sobre a o ambiente da Educação Infantil, uma vez que o espaço da Educação Infantil é também campo de atuação destes profissionais.

Finalmente, encerramos com as considerações finais, onde apontamos e problematizamos o resultado de nossa pesquisa, que traz pontos relevantes da análise das publicações teóricas dos profissionais da Educação Física nos últimos cinco anos.

3

2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL – O RECONHECIMENTO DA INFÂNCIA NO PROCESSO EDUCATIVO

Abordaremos neste capítulo alguns marcos da Educação Infantil no Brasil, elencando conceitos que foram criados ao longo do tempo. Certamente, a mudança mais expressiva encontra-se na finalidade do trabalho na Educação Infantil, que gradativamente, afasta-se da visão reduzida do “cuidar” para ser reconhecida como processo educativo. Essa nova visão será sendo reforçada com a criação de leis específicas para esta área da educação e exigência da formação específica para os profissionais que nela atuam.

As primeiras iniciativas voltadas à criança na área da Educação Infantil tiveram um caráter higienista, cujo trabalho era realizado por médicos e damas beneficentes. Uma iniciativa que tinha como objetivo minimizar o alto índice de mortalidade infantil, atribuído ao nascimento de crianças ilegítimas da união entre escravas e senhores, à falta de educação física, moral e intelectual das mães.

Esse atendimento prestado às crianças pequenas com caráter higienista, consistia na oferta de alimentação, higiene e segurança física, sendo as crianças tratadas com muita infantilidade. A morte das crianças pequenas não era algo impactante para as famílias, pois, as crianças não tinham um papel social definido na sociedade, é o que nos coloca Ariès (1981):

[...] um sentimento superficial de criança – a que chamei “paparicação”- era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela era ainda uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, o que muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas regra geral é que não se fizesse muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (p.12).

Na década 1970, passa-se a produzir na sociedade brasileira uma forte discussão acerca do papel das instituições voltadas ao atendimento das crianças pequenas, e, em 1971, se estabelece a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDBN) nº 5.692, determinando que as crianças menores de sete anos devam receber educação em escolas maternas ou jardins de infância.

Somente com a Constituição Federal de 1988, Art.208, inciso IV(Oliveira; Adrião; 2007) que a Educação Infantil passa a ser vista como um direito das crianças de 0 a 6 anos e um dever do Estado. A Constituição Federal de 1988 trouxe benefícios significativos para

educação, pois, passou a considerar a educação um direito do cidadão e obrigatoriedade do Estado, desta forma, as instâncias escolares são ampliadas, com mais participação da comunidade junto à escola.

Em 1990, com a Lei nº 8.069, é criado o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), um importante documento que demonstra preocupação com a proteção da criança e do adolescente, sendo destaque no artigo 3º do documento que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 2010, p.12)

O ECA busca assegurar o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, merecedora de cuidados a fim de que seja promovido seu desenvolvimento integral, para isso, traz em sua formulação vários artigos que abordam como deve ser o atendimento às crianças e adolescentes, para que tenham seus direitos respeitados. Esse documento também traz orientações a serem tomadas em caso de negligência destes direitos.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96 passa a garantir o direito à Educação Infantil, assegurando que as crianças de zero a três anos fossem atendidas pelas creches e as de quatro anos a seis anos fossem atendidas na pré-escola, sendo a Educação Infantil, a partir de então, dever dos municípios. Apesar de ser um direito garantido e assegurado por lei, muitas crianças ficam sem este atendimento, em muitos casos a falta de escolas e a negligência dos municípios é um dos fatores que leva ao descumprimento da lei.

No ano de 2006, entra em vigor a Lei nº 11.274/ 2006, que regulamenta o Ensino Fundamental de nove anos, incluindo a esta modalidade de ensino as crianças a partir dos seis anos de idade (art.32), ficando a Educação Infantil responsável por atender as crianças até cinco anos de idade.

Em 2009, é fixada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação a Resolução nº 5, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, organizando propostas específicas para essa faixa etária, trazendo o conceito de criança como sujeito que adquiriu direitos ao longo da história, e participante em seu próprio aprendizado, como vemos:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010 a, p.12).

As Diretrizes apontam para uma nova visão do ser criança, onde as mesmas deixam de ser consideradas como meras receptoras passivas e se tornem cada vez mais sujeitos ativos na construção e reconstrução dos aprendizados.

Passa-se a exigir também profissionais qualificados para atuar na Educação Infantil, pois, não basta apenas o cuidar, faz-se necessário o cuidar associado também ao conhecimento, à formação específica pra exercer a função de professor; esse foi um processo longo e as mudanças demoraram a acontecer.

Com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, especifica-se, no artigo 61, a formação básica necessária aos profissionais da Educação Infantil e também as formações dos demais profissionais que atuam no campo educacional (BRASIL, 1996). Tendo o artigo 61 mudado pela redação dada na Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009, trazendo as seguintes colocações:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:
I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;
II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;
III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim (BRASIL, 2009).

Ao especificar, no artigo acima, que os profissionais da Educação Infantil precisam também de formação específica, fica claro que não se pode pensar em Educação Infantil apenas para suprir necessidades básicas das crianças, como carinho, alimentação e higiene. Apresenta-se um novo perfil do professor que, além de qualificação profissional, saiba e procure em seu fazer diário promover o máximo de aprendizado, que não surge apenas em atividades pedagógicas em sala de aula, mas, de uma rica diversidade que surge dentro da rotina e interação com os demais, como adultos, crianças da mesma idade, menores ou mais velhas, que fazem parte da escola, como aponta Oliveira (2010):

O campo de aprendizagens que as crianças podem realizar na Educação Infantil é muito grande. As situações cotidianas nas creches e pré-escolas podem ampliar as possibilidades das crianças viverem a infância e aprender a conviver, brincar e desenvolver projetos em grupo, expressar-se comunicar-se, criar e reconhecer novas linguagens, ouvir e recontar histórias lidas, ter iniciativa para escolher uma atividade, buscar soluções para problemas e conflitos, ouvir poemas, conversar sobre o crescimento de algumas plantas por ela cuidadas, colecionar objetos, participar de brincadeiras de roda, brincar de faz de conta de casinha de ir à venda, calcular quantas balas tem uma vasilha para distribuí-las pelas crianças presentes, aprender a arremessar a bola em um cesto, cuidar de sua higiene e de sua organização pessoal, cuidar dos colegas que necessitam de ajuda e do ambiente, compreender suas emoções e sua forma de reagir as situações, construir as primeiras hipóteses, por exemplo, sobre o uso da linguagem escrita, e formular um sentido de si mesmo (p.7).

E em 2013, é sancionada a Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013, que altera a LDB n. 9394/96, a nova lei passa a assegurar a obrigatoriedade e o direito das crianças com 4 anos de idade na Educação Infantil, com isso, esta passa a fazer parte da Educação Básica.

Dessa forma, a Educação Infantil passa a ser a primeira etapa da Educação Básica, integrando a Educação Básica assim como o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, contemplando a ação da família e da comunidade.

Percebemos que a Educação Infantil no Brasil como modalidade de ensino é algo relativamente novo, esse aspecto é abordado por Oliveira e Adrião (2007) que destacam:

A expressão “educação infantil” no Brasil de hoje diz respeito ao atendimento, em instituições coletivas, da criança de 0 a 5 anos de idade; mas nem sempre foi assim e, ademais a idéia não é tão simples quanto possa parecer. Como muitos países, o atendimento à infância no Brasil teve seu início marcado pela “assistência” ou “amparo” aos pobres e necessitados”, daí as creches, por exemplo, terem estado por tanto tempo vinculadas a associações filantrópicas ou órgãos de assistência e bem estar social, e não aos órgãos educacionais nas esferas administrativas do país (p. 14-15).

A Educação Infantil atende as crianças de zero a cinco anos de idade, e diferente de outras modalidades de ensino, não tem currículo formal a ser seguido, segue, desde 1998, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), que é uma proposta flexível, não obrigatória, e pode auxiliar na elaboração de programas e currículos assim como na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, pois:

[...] constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras”. (1998, p.13).

Este documento aponta ainda para a necessidade de se considerar o educar, cuidar e brincar nas propostas destinadas as crianças. Estes três fatores formam o tripé sobre o qual devem ser organizadas e pensadas as situações de aprendizagem para as crianças inseridas na Educação Infantil.

Todas as ações realizadas com as crianças são de certa forma momentos de aprendizagem para as mesmas, pois, através do cuidado (que é também fundamental no ambiente da Educação Infantil) também se educa, uma vez que “educar é propiciar situações de cuidados e aprendizagens que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança” (RCNEI, 1998, p. 23).

As instituições responsáveis pela Educação Infantil não podem abandonar o ato de cuidar das crianças, mas, este deve ser visto como um ato de educar, momento de aprendizagem, construção de conhecimento. Faz-se necessário perceber as crianças como sujeitos ativos na construção de seu próprio conhecimento, sendo o desenvolvimento infantil um processo dinâmico, onde as crianças não são meras receptoras. Segundo as autoras Graidy e Kaercher (2001):

Através do contato com seu próprio corpo, com as coisas do seu ambiente, bem como através da interação com outras crianças e adultos, as crianças vão desenvolvendo a capacidade afetiva, a sensibilidade e a auto-estima, o raciocínio, o pensamento e a linguagem. A articulação entre os diferentes níveis de desenvolvimento (motor, afetivo e cognitivo) não se dá de forma isolada, mas sim de forma simultânea e integrada (p.27).

Assim, as crianças de zero a cinco anos recebem muita influência das pessoas que as rodeiam, tanto dos adultos como de outras crianças, e também são influenciadas pelo ambiente em que convivem. Bassedas (1999) destaca que:

Aquilo que um menino ou uma menina sabe fazer em determinado momento depende de múltiplos fatores. Em termos gerais, poderíamos dizer que as capacidades atuais de uma criança estão definidas pela interação entre a maturação psicofísica (crescimento, calendário de maturação) e as possibilidades que lhe foram oferecidas pelo contexto nesse momento (as relações com as pessoas, os objetos, as situações educativas de que participaram) (p.30).

O educador deve organizar seu trabalho a fim de que sejam respeitadas as etapas do desenvolvimento das crianças e que se possa possibilitar às mesmas no ambiente da Educação Infantil, diversas aprendizagens e experiências a partir do brincar, sendo o comportamento do brincar uma maneira útil de a criança adquirir habilidades que desenvolvam as seguintes dimensões - sociais, intelectuais, criativas e físicas. Moyles (2006) relata que:

A experiência do brincar é a maneira ideal de desenvolver a criatividade e a imaginação. Isso porque as crianças ficam livres para experimentar novas ideias no brincar e podem se expressar à sua própria maneira, especialmente no jogo simbólico e no brincar de faz de conta, em que podem inventar papéis e criar uma história, guiadas livremente pela própria imaginação (p.26).

A partir das brincadeiras, as crianças transformam o conhecimento que possuem. Dessa forma, o brincar se torna fundamental na construção do conhecimento, e, proporcionar diferentes brincadeiras às crianças é uma maneira de possibilitar a experimentação do mundo, a compreensão do papel social das pessoas, dos sentimentos e oportunizar a ampliação e formação de conhecimentos.

Devemos compreender a importância de estimular as crianças em seus diferentes aspectos cognitivos, compreendendo o papel do professor frente às brincadeiras a partir do que se destaca no RCNEI (1998):

A intervenção do professor é necessária para que, na instituição de Educação Infantil, as crianças possam, em situações de interação social ou sozinhas, ampliar suas capacidades de apropriação dos conceitos, dos códigos sociais e das diferentes linguagens, por meio da expressão e comunicação de sentimentos e ideias, da experimentação, da reflexão, da elaboração de perguntas e respostas, da construção de objetos e brinquedos etc (p.30).

O professor tem um importante papel na construção do conhecimento das crianças, cabendo a este, no ambiente da Educação Infantil, oferecer um ambiente rico em possibilidades educacionais, prazeroso, que respeite as características pessoais e sociais das mesmas.

As atividades lúdicas devem ser priorizadas na educação escolar, principalmente na Educação Infantil, pois, através de brincadeiras de faz-de-conta e imitação dos adultos, as crianças reproduzem situações de seu cotidiano e, assim, produzem significados sobre as mesmas. A educação lúdica contribui e influencia na formação da criança, possibilitando um crescimento sadio, um enriquecimento permanente. A sua prática exige a participação franca, criativa, livre, crítica, promovendo a interação social e a transformação do meio.

Podemos afirmar que houve, no decorrer dos anos, um grande avanço sobre a finalidade da Educação Infantil. As primeiras instituições voltadas a essa modalidade priorizavam apenas o cuidar, não havia uma preocupação com o educar, não havia profissionais qualificados para esse trabalho.

Atualmente, temos um debate significativo sobre a finalidade da Educação Infantil e suas especificidades. Faz-se necessário aos profissionais da educação conhecer as especificidades da Educação Infantil e os estágios de desenvolvimento cognitivo-afetivo, bem como o desenvolvimento físico e motor, pelo qual passam as crianças, para assim proporcionar às mesmas aprendizados significativos, com atividades lúdicas, jogos e brincadeiras coerentes com a idade das mesmas.

A concepção de estágios de desenvolvimento pelo qual as crianças passam tem sua origem na Psicologia. Nesta, encontramos autores que discorrem sobre o desenvolvimento da aprendizagem, denominando as fases de desenvolvimento infantil em estágios. Abordo a seguir as fases de desenvolvimento cognitivo/infantil defendidas por Piaget apud Nunes (2009), sendo estas:

Sensório motor (0-2 anos): está dividido em três subestágios, sendo marcado, inicialmente, por coordenações sensoriais e motoras de fundo hereditário (reflexos, necessidades nutricionais). Posteriormente ocorre organização das percepções e hábitos. Por último, é caracterizado pela inteligência prática, que se refere à utilização de percepções e movimentos organizados em “esquemas de ação” que gradativamente, vão se tornando intencionais, dirigidas a um resultado. A criança começa a perceber, gradativamente, que os objetos a sua volta continuam a existir, mesmo se não estiverem sob seu campo de visão.

Pré-operatório (2-6 anos): Surgimento da função simbólica, aparecimento da linguagem oral. Característica a egocêntrica em termos de pensamento (centrado nos próprios pontos de vista), linguagem e modos de interação. A lógica do pensamento depende da percepção imediata, não sendo possíveis operações mentais reversíveis.

Operatório concreto (6-11 anos): Pensamento mais compatível com a lógica da realidade, embora ainda preso à realidade concreta. [...]. Compreende gradativamente noções lógicas matemáticas de conservação da massa, volume, classificação, etc. O egocentrismo diminui, surgindo uma moral de cooperação e respeito mútuo (moral da obediência).

Operatório Formal (a partir dos 11, 12 anos): Pensamento hipotético-dedutivo: Capacidade de abstração. Egocentrismo tende a desaparecer. Construção da autonomia, com avanços significativos nos processos da socialização (p. 86).

Os estágios sobre os quais Piaget discorre nos permitem entender que o desenvolvimento da criança se dá a partir da aquisição de habilidades motoras, aquisição da linguagem, conquista da autonomia, crescimento físico, desenvolvimento da imaginação, criatividade, percepção dos fatos, dentre outros aspectos, que são desenvolvidos nos primeiros anos de vida.

O trabalho na Educação Infantil junto às crianças pequenas requer conhecimentos específicos, pois, só a partir destes saberes, podem ser organizadas propostas adequadas às fases de desenvolvimento das mesmas, fugindo do mero assistencialismo, proporcionando aquisição de novos conhecimentos, que requer da criança a interpretação e a reconstrução da realidade.

Percebemos que a humanidade, aos poucos, passou a reconhecer a criança como sujeito que necessita de educação, sendo a educação oferecida às crianças pequenas um direito conquistado, hoje garantida por Políticas Educacionais que asseguram espaços educativos para essa faixa etária, espaços que devem envolver o cuidar e o educar. Esse processo de formulação e regulamentação de leis que asseguram a qualidade e o direito à Educação Infantil mostra a importância que as crianças ganharam no meio educacional e na sociedade.

3 NATUREZA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA – UMA CONSTRUÇÃO EM PROCESSO.

Neste capítulo, pretendemos recuperar alguns aspectos importantes na configuração da Educação Física como prática pedagógica no Brasil, sendo essa prática moldada e influenciada por concepções Europeias.

Na Europa, o surgimento da Educação Física está ligado à consolidação de uma nova sociedade, que passa a se configurar nos moldes capitalistas, no fim do século XVIII e início do século XIX. Para atender as necessidades de uma sociedade movida pelo poder capitalista, fazem-se necessários homens resistentes às jornadas de trabalho, produtivos, a força do corpo humano se torna fonte de lucro. A Educação Física surge como uma aliada nesse processo como nos relata o autor Soares “et al” (2012):

Os exercícios físicos, então, passaram a ser entendidos como “receita” e “remédio”. Julgava-se que, através deles, sem mudar condições materiais de vida a que estava sujeito o trabalhador daquela época, seria possível adquirir o corpo saudável, ágil e disciplinado exigido pela nova sociedade capitalista. (p.52)

Nesse processo, além da preocupação com o físico da classe trabalhadora, surge a preocupação com os hábitos de higiene da população, como tomar banho frequentemente e lavar as mãos, o cuidado com o corpo de uma forma geral passa a ser uma necessidade da sociedade capitalista, e, assim, práticas pedagógicas como a Educação Física são implementadas e valorizadas.

Para dar conta dessas “necessidades sociais” da época, torna-se extremamente útil implantar a prática da Educação Física também nas escolas. Nessa perspectiva, surgem autores que apontam as primeiras orientações sobre os exercícios físicos que deveriam ser destinados às escolas:

Esses autores tiveram o mérito de aliar o desenvolvimento da ginástica a educação física na escola a garantia de um espaço de respeito e consideração da área perante os demais componentes curriculares. Dessa maneira, a educação física ministrada na escola começou a ser vista como importante instrumento de aprimoramento físico dos indivíduos que, “fortalecidos” pelo exercício físico, que em si gera saúde, estariam mais aptos para contribuir com grandeza da indústria nascente, dos exercícios, assim como prosperidade da pátria. Desenvolver e fortalecer física e moralmente os indivíduos era, portanto, uma das funções a serem desempenhadas pela educação física no sistema educacional, e uma das razões para sua existência. (SOARES “et al”, 2012, p. 52)

As aulas de Educação Física ministradas nas escolas passam a ser responsabilidade de instrutores físicos do Exército, assim, a Educação Física molda-se nos princípios da disciplina rígida dos militares, sendo esperados dos alunos atos de obediência e submissão às autoridades, fatores que contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade capitalista. Apenas em 1939, foi criada a primeira escola civil de formação de professores de Educação Física no Brasil (SOARES “et al”, 2012).

Como já apontamos no início deste texto, o Brasil recebeu forte influência desse processo Europeu, e a Educação Física no Brasil foi também marcada e influenciada pelas instituições militares e seus valores. Sendo a Educação Física entendida desde o século XIX como um elemento de extrema importância para formar no indivíduo o corpo “saudável” e “forte” (CASTELLANI FILHO, 2011), passou-se a associar à Educação Física a saúde corporal, mérito dos médicos da época que fizeram essa associação.

Assim como na Europa, os médicos tinham forte influência em relação à política e à saúde da sociedade e defendiam os benefícios da Educação Física para melhorar as condições da saúde da população. Passa-se a definir o que se seria um corpo saudável e harmonioso, e isso gera um preconceito ao corpo flácido e doentio do indivíduo colonial.

Por muitos anos, a Educação Física no Brasil encontrou resistência em ser aceita nos currículos escolares, e, após sua aceitação fazia-se distinção entre as atividades físicas destinadas aos homens e às mulheres, sendo a mulher considerada o sexo frágil, e assim sendo, deveria realizar atividades leves, nada que exigisse muito esforço físico.

Com o fim da ditadura no Brasil (1930-1945), as escolas são tomadas por novas tendências pedagógicas, destacamos aqui o Método da Educação Física Desportiva Generalizada, tendo como principal defensor Auguste Listello, tal método defendia a prática do esporte e a cultura corporal, o esporte passa a determinar os conteúdos da Educação Física escolar. (SOARES “et al”, 2012).

Percebemos que, nas primeiras décadas do século XX, a prática da Educação Física nas escolas brasileiras foi influenciada pelos métodos da Ginástica e métodos militares, vista como uma atividade puramente prática.

Castellani Filho (2011) traz considerações de um professor de Educação Física, para destacar a reação das escolas primárias e secundárias quando a Educação Física passa a ser admitida nos currículos escolares:

De início houve uma reação negativa da Escola Particular. Dizia-se que a educação física não acrescentaria nada na formação do aluno, que o aluno precisava mesmo era das disciplinas básicas que constavam no currículo mínimo, e que a educação física seria de fato um esforço a mais a ser feito pela direção das escolas. Tinha também o problema do espaço físico. Naquela época, os espaços existentes dentro da área global do Colégio já eram absorvidos por salas de aula e achava-se que seria exigir de mais das escolas particulares fazê-las dedicar uma área livre de tantos metros quadrados para a prática da atividade física. Só não conseguiram vencer a luta travada inicialmente nos gabinetes, porque o esforço do governo foi maior, por estar convencido de que a Educação Física deveria entrar, cuidando da preparação física da juventude do Brasil (Professor Jarbas Gonçalves apud Filho, 1988, p.140-141).

Assim, as escolas são “convencidas” da importância da Educação Física em seus currículos, e, aos poucos, passam a incorporá-la no âmbito escolar. Porém, a obrigatoriedade da Educação Física passa a ser garantida bem mais tarde, através da Lei nº 10.793, De 1º De 7 dezembro de 2003, esta deve passar a integrar-se à proposta pedagógica da escola, como componente curricular obrigatório da Educação Básica.

Medina (2011) aponta para três concepções de Educação Física sobre as quais podem se debruçar os profissionais da área. A primeira delas é a Educação Física Convencional, baseada na pedagogia tradicional, que trabalha o corpo de forma fragmentada, com ênfase na educação do físico.

A segunda concepção é a Educação Física Modernizadora, destaca que por meio da prática do movimento se cuida do corpo e da mente, e objetiva desenvolver o rendimento motor e a saúde, e, por terceiro, a concepção de Educação Física Revolucionária, que não considera nenhum fenômeno isolado, entendendo o ser humano como ser que se relaciona com os outros e o mundo, sendo o corpo do homem o próprio homem, não há separação corpo mente, por isso, essa é considerada pelo autor como a concepção mais apropriada para a Educação Física.

Houve, no decorrer dos tempos, uma evolução histórica no papel da Educação Física perante a sociedade, a ênfase dada ao físico perde força para a ênfase dada ao homem em sua totalidade, e ao psicológico, hoje já se pode considerar que a prática da Educação Física nas escolas pode colaborar para a emancipação e a busca da liberdade dos alunos através do desenvolvimento da criticidade, como nos coloca Gonçalves (2011):

A educação física, partindo do movimento corporal, envolve o homem como uma totalidade, não podendo, assim, ignorar a problemática da liberdade. A sua prática pedagógica pode ser um meio de levar o aluno a uma maior liberdade subjetiva, possibilitando a ele ampliar seu campo de experiências e integrar suas condutas corporais em um nível superior de integração; a incentiva-lo na conquista da liberdade objetiva, levando-o a desenvolver a consciência crítica e a vivenciar o sentido da responsabilidade social (p. 90-91).

Mudanças positivas aconteceram na maneira de planejar e pensar as práticas de Educação Física no ambiente escolar, como destaca Soares “et al” (2012):

A Educação Física é uma disciplina que trata, pedagogicamente, na escola, do conhecimento de uma área denominada aqui de cultura corporal. Ela será configurada com temas ou formas de atividades, particularmente corporais, como as nomeadas anteriormente: jogo, esporte, ginástica, dança ou outras, que constituirão seu conteúdo. O estudo desse conhecimento visa aprender a expressão corporal como linguagem (p.61-62).

Percebemos a existência de práticas pedagógicas que acreditam que os benefícios da Educação Física podem advir de diferentes práticas, como a dança que prioriza a expressão corporal, o movimento, sequer mencionada nas práticas de Educação Física destinadas às escolas do século XIX, que priorizavam apenas a Ginástica.

A importância do movimento e do movimentar-se para o desenvolvimento do ser humano é abordada por autores como Tani (2011), na obra “Fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista”, onde os autores destacam que:

Movimentos são de grande importância biológica, psicológica, social, cultural e evolutiva, desde que é através de movimentos que o ser humano interage com o meio ambiente. A interação com meio ambiente através da constante troca de matéria/ energia e informação é um aspecto fundamental para a sobrevivência e desenvolvimento de todo e qualquer sistema vivo. (...) Acresça-se ainda sua grande importância social e cultural. A comunicação, a expressão da criatividade e a dos sentimentos são feitas através de movimentos. É por meio deles que o ser humano se relaciona com o outro, aprende sobre si mesmo, quem ele é, o que é capaz de fazer. É através de movimentos que o ser humano aprende sobre o meio social em que vive (p. 11-12).

Os autores acima citados destacam na referida obra que Piaget, assim como eles, considera significativa a importância do movimento na formação da inteligência, sendo a intenção dos autores “identificar o papel do domínio cognitivo no mecanismo de performance motora humana” (TANI,; 2011, p. 99).

O conjunto motor oferece as funções responsáveis pelos movimentos das várias partes do corpo que, ao se combinarem, constituem o ato motor, que é um dos recursos mais organizados e preponderantes para o ser humano atuar no ambiente, para se relacionar e para viver. Porém, para que haja o desenvolvimento motor, é necessário o estímulo. Este aspecto é destacado por Tani (2011), que apresenta dados de uma pesquisa que aponta o comportamento motor de crianças que não recebem estímulos e situações que possam lhes proporcionar a experiência do movimento:

Denis (1960) verificou, num orfanato do Teerã, onde o ambiente era relativamente restrito e com pouca estimulação dos bebês e crianças, que 60% das crianças de dois anos de idade não sentavam sem ajuda, e 85% das crianças de quatro anos não andavam sozinhas. Este como vários outros estudos vieram mostrar que não apenas a maturação atua no processo de desenvolvimento, mas também que há atuação das experiências. Isto realça a importância das experiências motoras (p. 64).

Faz-se necessário o estímulo e a observação das crianças, para que a partir da observação se possa qualificar a interação com as mesmas, propondo atividades coerentes com as capacidades que as crianças já têm, mas, ao mesmo tempo, desafiadoras de novas sensações e conhecimentos.

E se tratando do ensino da Educação Física, Tani (2011) aponta para a necessidade de se conhecer a Taxionomia do desenvolvimento motor elaborada por Harrow (1983), que reconhece o processo de construção do movimento humano e as características que ele

adquire com o passar do tempo. A Taxionomia do desenvolvimento motor apresenta os seguintes níveis:

Movimentos reflexos: respostas automáticas e involuntárias que permitem, em primeiro lugar, a sobrevivência do recém-nascido e em segundo lugar, a interação do bebê com o ambiente, o que caracterizará, no futuro, atos voluntários, como no caso dos reflexos de preensão, tônico do pescoço etc.

Habilidades básicas: atividades voluntárias que permitem a locomoção e manipulação em diferentes situações, caracterizadas por uma meta geral, servindo de base para aquisição futura de tarefas mais complexas, como andar, correr, saltar, arremessar, chutar etc.

Habilidades perceptivas: atividades motoras que envolvem a percepção do executante, através das quais os estímulos visual, auditivo, tátil e cenestésico recebidos são interpretados pelos centros cerebrais superiores que emitem uma decisão como resposta, possibilitando a ajuste ao ambiente.

Capacidades físicas: são as características funcionais essenciais na execução de uma habilidade motora. Quando desenvolvidas proporcionam ao executante uma melhoria do nível de habilidade. Dentre essas capacidades estão a força, a flexibilidade, a resistência e a agilidade.

Habilidades específicas: atividades motoras voluntárias mais complexas e com objetivos específicos, como a cortada do voleibol, o chute no futebol, o arremesso à cesta e a bandeja no basquetebol.

Comunicação não verbal: atividades motoras mais complexas, organizadas de maneira que a qualidade dos movimentos apresentados permita a expressão, como na dança, ginástica rítmica desportiva e até mesmo ginástica olímpica.

O ato motor é, portanto, indispensável para a constituição do conhecimento e para a expressão das emoções, portanto inerente – junto ao cognitivo e ao afetivo – à constituição da pessoa, não só a maturação é importante como também a oportunidade para a sua prática deve ser levadas em conta, sem contar o seu encorajamento para a prática.

Assim, diferente de concepções anteriores que julgavam que o ser humano desenvolvia seus movimentos “naturalmente”, fica notória a importância do experimentar as mais diversas possibilidades de movimentos, principalmente, na contemporaneidade em que as pessoas, inclusive crianças, tendem a serem mais sedentárias.

Apesar de todo o estudo desenvolvido na área da Educação Física e o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento integral do ser humano, ainda encontramos a prática da Educação Física fortemente ligada ao cuidado do corpo, moldar o corpo nos padrões determinados pela sociedade, gerando assim um modismo, como nos coloca Medina (2010):

As atividades físicas, como expressão de lazer, de trabalho ou de valorização genuinamente humana, têm sido motivo de maior atenção nos últimos tempos por parte de psicólogos, psiquiatras, sociólogos, educandos, filósofos e, obviamente, políticos. De repente, curtir, moldar, cuidar do corpo passou a ser moda. [...] De repente, é preciso cuidar do corpo. É preciso tirar o excesso de gordura. É preciso melhorar o desempenho sexual. É preciso melhorar o visual. É preciso competir. É preciso, acima de tudo, vencer. Vencer no esporte e na vida. Mas acontece que nunca perguntamos a nós mesmos o que é vencer na vida. (p.36)

Como no século XIX a prática da Educação Física, muitas vezes, é usada para atender aos padrões de beleza exigidos pela sociedade, pois, “(...), as concepções que o homem desenvolve a respeito de sua corporalidade e as suas formas de comportar-se corporalmente estão ligadas a condicionamentos sociais e culturais. A cultura imprime suas marcas no indivíduo, ditando normas e fixando ideias (...)” (GONÇALVES, 2011, p. 13). A sociedade imprime valores e padrões de corpos humanos ditos perfeitos, e, as pessoas, muitas vezes, travam uma luta diária consigo mesmas na tentativa de chegar ao ideal socialmente aceito.

A Educação Física pode colaborar para uma mudança de pensamento sobre esses aspectos impostos pela sociedade, pois, praticar atividades físicas faz bem à saúde, mas praticá-la de forma alienada, por imposição social torna-se algo não saudável ao corpo e à mente. Gonçalves (2011) aponta para a formação do ser humano, através da Educação Física, para que este esteja preparado para o julgamento dos padrões sociais:

A Educação Física deve estar atenta para a formação do homem como um ser ético, que seja capaz de orientar suas ações em função de valores que ultrapassem seus desejos e interesses individuais e possuam validade intersubjetiva (p. 21).

Fica evidente nesse processo, se tratando de educação escolar, a importância da orientação constante do professor junto aos alunos, levando-os a elaborar pensamentos críticos sobre diferentes aspectos sociais, devendo o professor rejeitar aspectos competitivos em suas atividades.

4 EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO INFANTIL – CIÊNCIA E DIÁLOGOS A SEREM CONSTRUÍDOS

Considerando aspectos históricos relativos à Educação Física e à Educação Infantil no Brasil, podemos perceber algumas aproximações. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a construção de uma compreensão do acesso à educação como um direito universal e responsabilidade pública teve muitas dificuldades em se afirmar.

Um segundo aspecto refere-se às concepções pedagógicas presentes nestas duas áreas, sendo as origens das mesmas ligadas ao caráter higienista, do cuidado com o corpo, alimentação e cuidados que garantissem a integridade física. Não havia nestas concepções a preocupação com o desenvolvimento intelectual dos sujeitos, podemos dizer que, as concepções em torno dessas modalidades de ensino apontavam para práticas pedagógicas do cuidado, que viessem a desenvolver o sujeito sadio.

Esse conhecimento histórico, conhecimentos e discussões hoje elaboradas em torno da Educação Infantil e da Educação Física, não nos permitem ver essas áreas da educação somente como áreas que garantem o desenvolvimento do corpo, pois, hoje, a Educação Física já é vista por muitos profissionais como uma educação capaz de possibilitar nos sujeitos o desenvolvimento do senso crítico e a emancipação social.

Essa visão do ensino da Educação Física, já percebe seus benefícios não só para o corpo dos sujeitos, mas também para sua vida plena, sendo capaz esse ensino de proporcionar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e relacional, e, através disso, tornar o aluno sujeito capaz de assumir suas responsabilidades sociais de forma crítica.

Os profissionais da Educação Infantil, assim como os profissionais da Educação Física, desenvolveram ao longo dos anos novas concepções para essa modalidade de ensino, hoje já são pensadas nas escolas destinadas às crianças de zero a cinco anos, práticas pedagógicas que venham a contemplar o desenvolvimento integral das crianças inseridas neste espaço. O cuidado às crianças pequenas não foi deixado de lado, sendo ele essencial a essa etapa da vida, porém, agora o ato de cuidar também é visto como um momento de aprendizagem para o educando e o professor, ao cuidar, se educa.

Para que a Educação Física possa proporcionar o desenvolvimento integral do ser humano “não basta a repetição de gestos estereotipados, com vistas a automatizá-los e reproduzi-los. É necessário que o aluno se aproprie do processo de construção de conhecimentos relativos ao corpo e ao movimento e construa uma possibilidade autônoma de

utilização de seu potencial gestual” (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: EDUCAÇÃO FÍSICA, 1997, p.27).

Faz-se necessário compreender a contribuição e os benefícios da prática da Educação Física para que esta venha de fato contribuir com o desenvolvimento integral das crianças, pois, sabemos, que em muitas escolas, o momento destinado à Educação Física é um momento visto como “não aula”, o professor não diversifica suas práticas e o aluno não se envolve com o que é proposto. Lembro-me que vivenciei isso enquanto estudante da escola básica, onde as atividades de Educação Física não ultrapassam o jogo de vôlei e de futebol.

Mas não coloquemos toda responsabilidade da falta de práticas diversificadas no ensino da Educação Física sobre os professores, pois, pude me colocar no lugar de professora de Educação Física durante o período de estágio obrigatório exigido pela universidade, com uma turma de Ensino Fundamental, e, neste período, deparei-me com a falta de espaço físico adequado e materiais para o desenvolvimento de práticas de Educação Física, e, essa realidade infelizmente, estende-se a outras escolas.

Para que os propósitos da Educação Física sejam atendidos no âmbito da Educação Infantil, assim como nos demais níveis da educação Básica, faz-se necessário compreender que a prática da Educação Física contribui então para a formação do corpo e da mente, uma vez que não se pode separar corpo e mente. Considerando o que nos colocam Mattos e Neira (2008):

[...] a educação do movimento prioriza o aspecto motor na formação do educando. [...]. A educação pelo movimento extrapola o componente motor, compreendendo os aspectos afetivos, cognitivos e sociais. Assim, a proposição de atividades motoras inclinadas para a educação, pelo ou através do movimento, envolverá os alunos de forma integral (p. 15).

A Educação Física pode ser entendida como capaz de proporcionar o desenvolvimento do ser humano em seus diferentes aspectos, não só o motor, pois, pela sua prática no cotidiano escolar, os alunos podem desenvolver relações afetivo-sociais e cognitivas, entendemos estas a partir de considerações de Mattos e Neira (2008) como:

Fazem parte do domínio cognitivo, operações mentais como a descoberta ou reconhecimento de informação, a retenção ou armazenamento de informação, a geração de informações a partir de certos dados e a tomada de decisão ou feitura acerca da informação (Magill, 1980). (...). Do domínio afetivo-social fazem parte os sentimentos e emoções. Evidências apresentadas por psicólogos sociais mostram que os comportamentos afetivos são basicamente adquiridos pelo processo de aprendizagem. (...). Identificaram cinco categorias principais, ou seja, receber, responder, valorizar, organizar e categorizar um valor ou complexo de valores. (...). Do domínio motor fazem parte os movimentos. Em muitos estudos, o domínio motor é mencionado como domínio psicomotor, em função do grande envolvimento do aspecto mental ou cognitivo na maioria dos movimentos. (p.4-5).

Compreendemos, portanto, que Educação Física e a Educação Infantil, são formas de ensino que contribuem para o amplo desenvolvimento do sujeito, e, no intuito de garantir a qualidade do ensino nas instituições destinadas à Educação Infantil, passa a vigorar desde 2009 a Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, mas esta não traz considerações específicas sobre como deve ser o ensino da Educação Física na Educação Infantil. No RCNEI (2008) também não há considerações específicas sobre metodologia e conteúdos para a Educação Física, encontramos, porém, nos objetivos gerais para Educação Infantil, orientações que dizem respeito ao corpo e ao movimento:

- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- Brincar, expressando emoções, sentimento, pensamentos, desejos e necessidades;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva (RCNEI, Volume 1, p. 63).

As considerações trazidas no RCNEI apontam para uma prática bem diferente das primeiras concepções elaboradas sobre o ensino da Educação Física, que, assim como a Educação Infantil, tinha forte ligação com a saúde e o cuidado do corpo.

Como não temos uma regulamentação específica para a prática da Educação Física na Educação Infantil, muitas escolas, no intuito de dar conta das orientações propostas no RCNEI, adotam as aulas de Psicomotricidade, entendendo a educação Psicomotora através de considerações de Coelho (2004) apud Mattos e Neira (2008) como:

[...] uma educação de base, que visa atingir a criança no plano afetivo (isto é, na capacidade de se relacionar com os outros e com as coisas) e no desenvolvimento funcional, seja na capacidade de ajustamento, seja na organização dos campos exteroceptiva (percepção espaço temporal) e proprioceptivo (percepção do corpo e das sensações). Em outras palavras poderíamos afirmar que a Educação pelo Movimento visa conjugar os fenômenos motores, intelectuais e afetivos, garantindo ao homem melhores possibilidades na aquisição instrumental e cognitiva, bem como na formação da sua personalidade (p. 23).

Em muitas escolas de Educação Infantil, as atividades de Educação Física são desenvolvidas através de aulas de Psicomotricidade, geralmente, uma vez por semana. Conhecendo a realidade de algumas escolas de Educação Infantil do Município de Erechim, considero importante refletir sobre o tempo destinado a essa atividade que, na maioria das escolas, é de 30 min. a 40 min., semanais. Sendo a Educação Física capaz de contribuir com o desenvolvimento integral do ser humano, o tempo destinado a ela na Educação Infantil é relativamente pequeno, podendo comprometer os benefícios da mesma.

Proporcionar o movimento motor aos alunos da Educação Infantil através de aulas de Psicomotricidade é um feito positivo para o desenvolvimento dos mesmos, é o que nos colocam Nista-Piccolo e Moreira (2012):

Advogar a motricidade como possibilidade da Educação Física na Educação Infantil é denunciar os métodos de confinamento e engorda aludidos por Freire (2010), quando diz que a metodologia mais frequente nas escolas é a do traseiro, com crianças confinadas em salas de aulas, ou seja, numa multiplicidade relacional.(p.66)

Priorizando o desenvolvimento motor das crianças inseridas no ambiente da Educação Infantil, muitas podem ser as possibilidades de intervenção. Partindo de propostas que envolvam a ludicidade, essencial a essa faixa etária, faz-se necessário um ambiente apropriado, alegre, motivador, que ofereça à criança a possibilidade de brincar enquanto aprende, pois a “a brincadeira pode ser um meio para acionar a memória, a capacidade de se expressar em diferentes linguagens, de promover sensações de prazer e emoções” (NISTA-PICCOLO; MOREIRA; 2012, p. 70).

As brincadeiras podem também partir dos alunos, porém, “se a brincadeira proposta pelo aluno não couber naquela situação de aprendizagem, é preciso que ele entenda as razões disso. Brincar durante a aula não se traduz em deixar a criança fazer o que quiser” (NISTA-

PICCOLO; MOREIRA; 2012, p. 71). Ou seja, se a brincadeira tiver uma intencionalidade, esta deve ser pensada e mediada pelo professor.

As atividades de Educação Física destinadas às crianças nos primeiros anos de vida podem auxiliar em seu desenvolvimento integral desde que sejam levadas em consideração as características das crianças no que se refere ao desenvolvimento e à aprendizagem das mesmas, como nos aponta Tani (2011):

A importância dos conhecimentos de crescimento, desenvolvimento e aprendizagem do ser humano na educação Física escolar pode ser resumidamente expressa em três aspectos que possibilitam, em primeiro lugar, o estabelecimento de objetivos, conteúdos e métodos de ensino coerentes com as características de cada criança: em segundo lugar, a observação e avaliação mais apropriada dos comportamentos de cada indivíduo, permitindo um melhor acompanhamento das mudanças que ocorrem e, finalmente, a intervenção do real significado do movimento dentro do ciclo de vida do ser humano (p.2).

A autora destaca que no estudo do desenvolvimento motor é necessário ainda, dar ênfase à criança, pois:

É necessário focar a criança, pois, enquanto são necessárias cerca de vinte anos para que o organismo se torne maduro, autoridades em desenvolvimento da criança concordam que os primeiros anos de vida, do nascimento aos seis anos, são anos cruciais ao indivíduo. As experiências que a criança tem durante este período determinarão, em grande extensão, que tipo de adulto a pessoa se tornará. Mas não se pode deixar de lado o fato de que o desenvolvimento é um processo contínuo que acontece ao longo de toda vida do ser humano (p. 64-65).

Ainda na tentativa de se assegurar os benefícios da Educação Física para o desenvolvimento integral dos alunos, faz-se necessário repensar os métodos avaliativos usados pelos professores, que, muitas vezes, buscam atender exigências burocráticas normalizadas pela escola, como a nota atribuída ao aluno no final do trimestre. Muitas vezes, a Educação Física é usada também para se selecionar os melhores alunos nas diferentes modalidades físicas para competições escolares dentro e fora da escola, o que gera uma competição entre alunos, e esta pode não ser saudável, por desestimular os alunos que pouco se destacam.

Essa ênfase dada ao ensino da Educação Física nas escolas pode desestimular a prática da mesma, como coloca Soares “et al” (2012):

A ênfase na busca do talento esportivo e no aprimoramento da aptidão física vem condicionando, em parte, a aula e o processo avaliativo, transformando a educação física escolar numa atividade desestimulante, segregadora e até aterrorizante, principalmente para os alunos considerados menos capazes ou não aptos, ou que não estejam decididos pelo rendimento esportivo (p.97).

No que se refere ao ensino na Educação Infantil, a preocupação com o estímulo aos alunos deve ser ainda maior, considerando sempre as individualidades inerentes de cada criança. Ao comparar uma criança à outra pode se desestimular a mesma, gerar um sentimento de incapacidade e frustração, tirando da criança a autoconfiança, importante ao desenvolvimento integral, pois, quando confiamos em nós mesmos não temos medo de errar, e se o erro acontece não nos abalamos facilmente, pois, acreditamos ser capazes mesmo assim.

Apesar das especificidades do desenvolvimento humano, da Educação Infantil e Educação Física aqui apresentadas, não temos documentos que especificam de forma direta quem seria o profissional apto a ministrar as atividades psicomotoras na Educação Infantil, sabemos, porém que, os profissionais da Educação Física estão sendo inseridos no espaço da Educação Infantil, e este já é visto como um campo de trabalho destes profissionais, já é natural encontrarmos nas escolas de Educação Infantil professores de Educação Física, assim como estagiários da área ministrando aulas de Psicomotricidade.

Muitos questionamentos podem surgir a fim de se problematizar quem seria o profissional mais adequado no trabalho da Educação Física na Educação Infantil, que, em muitas escolas dá-se através de aulas de Psicomotricidade. Faz-se necessário identificar como os profissionais da Educação Física têm se interessado, ou não, ao longo dos anos, pela produção teórica referente à Educação Infantil e à infância, uma vez que a falta de produção teórica referente a essa área da educação pode evidenciar a falta de conhecimento das especificidades da Educação Infantil, que vem se tornando campo de atuação desses profissionais.

5. A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PUBLICAÇÕES TEÓRICAS DE REVISTAS ESPECIALIZADAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Considerando as discussões anteriormente apresentadas, pretendemos, a seguir, observar sinais que possam demonstrar qual tem sido a ênfase dada a “Educação Infantil” e à “criança”, em especial à criança de zero a cinco anos de idade, nas publicações teóricas produzidas por professores, pesquisadores e estudantes da área da Educação Física e demais áreas de conhecimento que têm suas pesquisas aceitas e divulgadas pelas revistas eletrônicas analisadas.

Para tal, foram analisados cinco anos de publicação de três revistas científicas eletrônicas, que possuem ligação com a área da Educação Física. Foram analisadas publicações realizadas no ano de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, somando assim, cinco anos de publicação de cada revista.

A partir da análise das revistas, o estudo apresenta um levantamento do conhecimento produzido sobre os temas “Educação Infantil” e “criança” na área da Educação Física, podendo assim, ser considerada uma pesquisa estado de conhecimento, entendendo que estas pesquisas:

[...] favorecem a compreensão de como se dá a produção do conhecimento em uma determinada área, em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e publicações [...]. Essas análises possibilitam examinar as ênfases e temas abordados nas pesquisas ; os referenciais teóricos que subsidiaram as investigações; a relação entre o pesquisador e a prática pedagógica ; as sugestões e proposições apresentadas pelos pesquisadores; as contribuições da pesquisa para mudança e inovações da prática pedagógica; a contribuição dos professores/pesquisadores na definição de tendências do campo de formação de professores (ROMANOWSKI; ENS; 2006, p. 39).

A pesquisa tem uma abordagem quantitativa e qualitativa, entendo que “na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo” (BARDIN, 2010, p. 22), portanto, quantitativa porque buscamos identificar quantos artigos foram publicados durante o período de cinco anos nas revistas acima citadas referentes à temática “Educação Infantil” e “criança”. Qualitativa pelo fato de que “na análise

qualitativa é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração” (BARDIN, 2010, p. 22). Qualitativa então, porque visa apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto.

Primeiramente, foi realizada a coleta de dados, analisando os sumários das revistas citadas, a fim de identificar a ocorrência de artigos publicados referentes às temáticas “Educação Infantil” e “criança”, durante o período de cinco anos nas três revistas eletrônicas.

Após a identificação dos artigos, foi feita a análise do conteúdo⁴ dos resumos dos mesmos, com a intencionalidade de conhecer que problemáticas têm impulsionado nos profissionais da Educação Física à pesquisa sobre a “Educação Infantil” e a “criança” e, assim, identificar a ênfase dada a essas temáticas em seus estudos e produções teóricas.

A análise dos resumos visava observar também nos artigos relacionados à temática “criança” se estes citavam a idade das crianças sobre qual se debruçava a pesquisa, uma vez que nos interessava os artigos que estivessem relacionados às crianças de zero a cinco anos de idade, sendo esta a faixa etária a qual se destinada a Educação Infantil.

Essa análise contribuiu para o descarte de 29 artigos (entre as três revistas), que traziam dados de pesquisas relacionadas a crianças com idade superior a seis anos de idade, e foram mantidos artigos que traziam considerações de pesquisas sobre a temática “criança” sem especificar a idade das mesmas.

Esse processo metodológico realizado nas três revistas eletrônicas possibilitou conhecer o número exato de artigos relacionados às temáticas em foco. Entre as três revistas eletrônicas foram encontrados 13 artigos relacionados à temática “criança”, e dois artigos relacionados à temática “Educação Infantil”.

A primeira revista eletrônica submetida à análise foi a Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, o número de produção teórica abrangendo diferentes temáticas divulgado nesta revista eletrônica durante o período de cinco anos é bastante significativo. No quadro abaixo, demonstramos o número geral de artigos publicados anualmente na revista, e

⁴ A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. [...] a análise do conteúdo é uma busca de outras realidades através das mensagens. [...] a análise do conteúdo [...] visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares (BARDIN, 2010, p. 46).

trazemos os títulos dos artigos relacionados à temática “criança” (com referência à criança menor de 6 anos) divulgados pelo periódico, durante os cinco anos de publicação analisados, constata-se que não houve neste determinado período a publicação de artigos referentes ao tema “Educação Infantil”:

Quadro 1 Publicações envolvendo os temas “criança” e “Educação Infantil”, disponível na revista eletrônica Brasileira de Educação Física e Esporte no período de 2010-2014.

Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	Número anual de publicações na revista (referente a: artigos-dissertações)	Artigos referentes à temática “criança” (zero a cinco anos de idade)	Artigos referentes à temática “Educação Infantil”
2014	48	0	0
2013	46	- Efetividade de um programa de intervenção com exercícios físicos em cama elástica no controle postural de crianças com Síndrome de Down; -A influência do gênero e idade no desempenho das habilidades locomotoras de crianças de primeira infância.	0
2012	48	0	0
2011	48	0	0
2010	48	0	0
Total	238	2	0

Fonte: Próprio autor.

A análise qualitativa do resumo do artigo “*Efetividade de um programa de intervenção com exercícios físicos em cama elástica no controle postural de crianças com Síndrome de Down*” publicado no ano de 2013, permite-nos observar que essa pesquisa teve como objetivo conhecer os benefícios da prática de atividades físicas desempenhadas na cama elástica para a melhoria do controle postural em crianças de três a dez anos com Síndrome de Down.

A partir da análise do resumo do artigo “*A influência do gênero e idade no desempenho das habilidades locomotoras de crianças de primeira infância*”, também do ano de 2013, podemos identificar que a pesquisa a qual deu origem ao artigo tinha como objetivo analisar o desempenho locomotor de crianças com idade entre três e cinco anos, a pesquisa aponta que meninos e meninas mostram diferenciações em seu desempenho o qual depende

da tarefa a ser realizada, destacando que os meninos se saem melhor no desempenho das atividades físicas.

Observamos que os dois artigos publicados pela revista incidem sobre problemáticas semelhantes em suas pesquisas, cujos objetivos eram analisar o desempenho motor das crianças foco das pesquisas, contemplando assim: *o desenvolvimento infantil e o desenvolvimento motor*.

A segunda revista analisada foi a Revista Motriz. No quadro abaixo, demonstramos o número total de artigos publicados anualmente na revista, trazemos os títulos dos artigos relacionados às temáticas apresentadas como foco deste trabalho e divulgados pelo periódico durante os anos de publicação analisados, são cinco artigos relacionados à temática “criança” e um artigo relacionado à “Educação Infantil”:

Quadro 2 Publicações envolvendo os temas “criança” e “Educação Infantil,” disponível na revista eletrônica Motriz no período de 2010-2014.

Revista Motriz	Número anual de publicações na revista (referente a: artigos-dissertações)	Artigos referentes à temática “criança” (zero a cinco anos de idade)	Artigos referentes à temática “Educação Infantil”
2014	46	-A participação na prática de esportes e competência motora em crianças pré-escolares;	0
2013	90	- O efeito da prematuridade em habilidades locomotoras e de controle de objetos de crianças de primeira infância; - Desenvolvimento motor e crescimento somático de crianças com diferentes contextos no Ensino Infantil;	0
2012	77	-Análise isocinética da articulação do cotovelo em crianças com paralisia cerebral; - Efeitos de um programa de exercícios no desempenho de crianças nos testes de flexibilidade e impulsão vertical;	0
2011	57		
2010	84		- Trabalho corporal na Educação Infantil: afinal, quem deve realizá-lo?
Total	354	5	1

Fonte: Próprio autor.

Dos cinco artigos citados no quadro acima referentes à temática “criança”, identificamos, através da leitura dos resumos, que os artigos “*A participação na prática de esportes e competência motora em crianças pré-escolares*” publicado no ano 2014, e o artigo “*Efeitos de um programa de exercícios no desempenho de crianças nos testes de flexibilidade e impulsão vertical*”, publicado no ano 2012 pela revista, apesar de não especificarem a idade das crianças objeto das pesquisas, compartilham afirmações semelhantes, pois, apontam para a importância de práticas esportivas através de exercícios físicos para o desenvolvimento das crianças desde a primeira infância, pois, os exercícios físicos contribuem para o desenvolvimento motor, e ***beneficiam ambos os gêneros (menino-meninas)***.

Identificamos que o artigo publicado no ano de 2013 com o título “*O efeito da prematuridade em habilidades locomotoras e de controle de objetos de crianças de primeira infância*”, teve como foco de sua pesquisa crianças de 4, 5 anos, nascidas prematuramente, foi observado que as crianças prematuras são capazes de atingir o mesmo desempenho motor que crianças não prematuras. Observa-se que ***meninas prematuras não conseguem um desenvolvimento satisfatório em habilidades motoras de controle de objetos***.

O segundo artigo, publicado no ano de 2013, “*Desenvolvimento motor e crescimento somático de crianças com diferentes contextos no Ensino Infantil*” teve como objetivo investigar qual a contribuição das aulas de Educação Física para o desenvolvimento das habilidades motoras das crianças no Ensino Infantil quando ministradas pelo professor especialista da área e quando ministradas pelo professor de sala. ***A pesquisa aponta que os resultados são mais positivos quando as aulas são ministradas pelo professor especialista***, pois, as crianças apresentaram manutenção no nível de atividade física, enquanto as que eram acompanhadas pelo professor de sala de aula diminuíram suas atividades físicas.

O único artigo publicado pela revista no período de cinco anos referente à temática “Educação Infantil” teve como título: “*Trabalho corporal na Educação Infantil: afinal, quem deve realizá-lo?*”, sendo publicado no ano de 2010. Objetivou-se na pesquisa referente a este tema, problematizar quem seria o profissional qualificado a desenvolver o trabalho corporal na Educação Infantil. Os autores indagam quais seriam os conhecimentos do professor generalista (não se especifica quem é esse professor: pedagogo ou não) que desenvolve tais atividades, e como resultado da pesquisa se aponta para a necessidade de que seja um professor especialista da área para trabalhar o movimento na Educação Infantil, porém, se questiona a preparação deste profissional no trabalho com as crianças, conclui-se que o mais adequado seria os dois profissionais trabalhando em parceria no ambiente da Educação Infantil, ***garantindo o desenvolvimento integral das crianças***.

A pesquisa aborda uma problemática já apontada por nós no capítulo três deste trabalho, e aponta para a necessidade de haver um trabalho conjunto entre professor pedagogo e professor de Educação Física no ambiente da Educação Infantil. A nosso ver, essa afirmação apresenta-se como uma alternativa viável, uma vez que estes profissionais têm saberes distintos, o pedagogo pode desconhecer todas as especificidades da área da Educação Física e o profissional da Educação Física pode também desconhecer especificidades do desenvolvimento infantil.

Comungamos com a conclusão dos autores, considerando que somente o trabalho conjunto destes dois profissionais seria capaz, a nosso ver, de garantir o desenvolvimento integral dos alunos inseridos na escola de Educação Infantil, considerando o que já apresentamos anteriormente sobre os benefícios e da Educação Física para o desenvolvimento dos alunos da Educação Infantil.

O trabalho conjunto entre esses dois profissionais pode contribuir para práticas diversificadas de Educação Física, práticas que priorizem o brincar, a ludicidade e, através destas, a motricidade, estes são colocados por Nista-Piccolo e Moreira (2012) como:

Educação Física, ludicidade, jogo, corporeidade, motricidade, mais do que conceitos, princípios para a construção de atitudes de autonomia, cooperação, participação e outras, constituem-se como elementos indispensáveis para a ação educativa de professores de Educação Física na fase da criança participante da Educação Infantil (p.66).

Assim, a Educação Física pode contribuir para o desenvolvimento integral da criança, considerando que os benefícios da prática da Educação Física não se tornam visíveis só no corpo dos alunos, mas, em suas atitudes relacionais, afetivas e cognitivas. O trabalho conjunto entre o profissional que atua diretamente na Educação Infantil e o profissional de Educação Física poderia caminhar no sentido se considerar a criança em sua plenitude.

A terceira e última revista analisada foi a Revista da Educação Física/UEM, no quadro que segue, como nos quadros já apresentadas, trazemos o número geral de artigos publicados nesta revista e os títulos dos artigos relacionados à temática “criança” (com referência à criança menor de 6 anos) publicados durante os cinco anos de publicação analisados, sobre a temática “Educação Infantil” foi encontrado um único artigo:

Quadro 3 Publicações envolvendo os temas “criança” e “Educação Infantil”, disponível na revista eletrônica UEM no período de 2010-2014.

Revista UEM	Número anual de publicações na revista (referente a: artigos-dissertações)	Artigos referentes à temática “criança” (zero a cinco anos de idade)	Artigos referentes à temática “Educação Infantil”
2014	45	0	0
2013	60	0	0
2012	60	- Efeitos da atividade física sistemática sobre o desempenho motor de crianças pré-escolares; - Crianças desnutridas progressivas, com sobrepeso e obesas apresentam desempenho motor pobre;	- Representações sociais sobre a Educação Física na Educação Infantil;
2011	60	- Validação do teste de agilidade em ziguezague para crianças com deficiência física; - Análise da marcha em crianças de 5 a 10 anos de idade;	0
2010	60	- Variáveis espaço-temporais do andar em velocidade lenta, livre e rápida em crianças de 3 a 8 anos; - Efeitos do feedback após boas tentativas de prática na aprendizagem de uma habilidade motora complexa em crianças;	0
Total	285	6	1

Fonte: Próprio autor.

O primeiro artigo publicado no ano de 2012 pela revista com a temática criança “*Efeitos da atividade física sistemática sobre o desempenho motor de crianças pré-escolares*”, teve como objetivo avaliar e comparar o desempenho motor de crianças de 4 e 6 anos praticantes de atividades físicas sistemáticas, a investigação se deu a partir de questionário para se identificar o nível de atividade físicas das crianças, e o desempenho motor foi avaliado através de atividades práticas. Os resultados apontam para o baixo desempenho das crianças, mas; identificou-se que crianças que realizam atividades físicas tiveram desempenho superior as que responderam não realizar. O foco do trabalho foi o **desempenho motor das crianças, através de atividades de Educação Física.**

O segundo artigo, publicado no ano de 2012, teve como objetivo investigar a associação entre o estado nutricional e o desempenho motor das crianças com idade entre 5 e

10 anos, tendo como título “*Crianças desnutridas pregressas, com sobrepeso e obesas apresentam desempenho motor pobre*”, conclui-se, a partir da pesquisa, que **crianças obesas e com desnutrição apresentam desempenho motor pobre, e as meninas, quando comparadas aos meninos têm também desempenho inferior a eles.**

O único artigo publicado no ano de 2011 sobre a temática criança tem como título “Análise da marcha em crianças de 5 a 10 anos de idade”, objetivou-se através da pesquisa verificar as diferenças nas variáveis cinemáticas e cinéticas na marcha de crianças na faixa etária de 5 a 10 anos de idade. Foi observado que **com o aumento da idade ocorre o aumento significativo da velocidade da marcha e comprimento do passo.**

O artigo “*Variáveis espaço-temporais do andar em velocidade lenta, livre e rápida em crianças de 3 a 8 anos*”, publicado em 2010, traz dados de uma pesquisa que teve como objetivo descrever e verificar diferenças nas variáveis espaço temporais no andar em velocidade lenta livre e rápida, entre crianças de 3 a 4, 5 a 6 e 7 a 8 anos de idade, **os resultados apontam para a falta de diferenças significativas entre as faixas etárias no andar lento, livre ou rápido.**

O único artigo publicado na revista UEM referente à temática “Educação Infantil”, foi publicado no ano de 2012, tem como título “*Representações sociais sobre a Educação Física na Educação Infantil*”. O objetivo da pesquisa que deu origem ao artigo foi identificar e discutir quais representações tem os professores de uma escola de Educação Infantil da cidade de Vitória/ ES sobre a Educação Física. A pesquisa deu-se através de observações realizadas no ambiente escolar e entrevistas semiestruturadas. Verificou-se, através da referida pesquisa, que **o momento destinado à Educação Física no ambiente da Educação Infantil nessa escola é visto como momento de descanso para as professoras regentes, e a Educação Física é ainda, concebida como uma prática que serve para atender uma demanda da escola (preencher um horário vago).**

Essa pesquisa aponta para uma realidade percebida por nós e apontada neste trabalho, onde, muitas vezes, ocorre descaso com a prática da Educação Física nas escolas, certamente por não se compreender ou negligenciar os benefícios da mesma para o desenvolvimento integral das crianças. Na Educação Infantil, parece-nos que esse descaso é ainda maior, pois, sabemos da realidade de escolas em que, quem desenvolve aulas de psicomotricidade junto às crianças são estagiários (as) do curso de Educação Física. Não queremos aqui dizer que estes não são qualificados, mas, parece-nos necessário, considerando a importância da Educação Física optar por um profissional formado, uma vez que sabemos que o diálogo entre o professor regente da turma e professor de área geralmente não acontece.

Esta não é uma falha dos profissionais aqui citados, e sim da escola enquanto instituição de ensino, como nos coloca Medina (2011):

A grande falha da escola como instituição oficial não está só naquilo que ela se propõe a ensinar, mas também na irresponsabilidade e no descompromisso com que os próprios estudantes aprendem efetivamente. Se verificarmos a gama de objetivos que são colocados oficialmente nos currículos, nas leis e nos decretos que regulam a educação e a educação física, nos livros didáticos, nos estatutos, nos programas de ensino veremos que na prática simplesmente muita coisa não acontece. Há uma distância quilométrica que separa os objetivos estabelecidos para a educação física daquilo que realmente é assimilado pela maioria dos professores e, na sequência, pela quase totalidade dos estudantes (p. 63).

Acreditamos que a escola, e também os sistemas de ensino, enquanto instituições formadoras devem priorizar um ensino de qualidade em todas as áreas. Cabe a ela verificar se os profissionais atendem as necessidades específicas das disciplinas e ao público que vão atender.

Os sistemas públicos de ensino devem também oferecer as condições necessárias aos profissionais da Educação Física, para que possam desenvolver um trabalho de qualidade. Estado e município mais do que avaliar o trabalho do professor devem oferecer os recursos necessários para uma boa prática pedagógica, sabemos que muitas escolas sequer dispõem de espaços adequados para o desenvolvimento das aulas de Educação Física. As escolas sozinhas podem não dar conta de garantir a qualidade da educação, é necessário que o poder público cumpra com seu dever de oferecer educação de qualidade.

As instituições formadoras dos profissionais precisam também estar atentas a possíveis campos de educação, e, assim, desenvolver pesquisas nas mais variadas áreas em que podem atuar, e assim buscar e aperfeiçoar conhecimentos.

Através da presente pesquisa, observamos que pesquisadores e profissionais da área da Educação Física não têm realizado nos últimos cinco anos muitas pesquisas referentes à área da Educação Infantil e a criança. Os dados expostos nas tabelas referentes às publicações dos últimos cinco anos das revistas foco deste estudo, demonstram em números o que foi publicado referente à temática “criança” e “Educação Infantil”, o que consideramos significativo enquanto análise qualitativa, porém, pouco referente a uma análise quantitativa, quando comparamos o número de artigos/dissertações publicados durante o período de cinco anos em cada revista.

Para melhor elaborar considerações acerca dessa afirmação, trazemos, a seguir, uma tabela com o número total de publicações de cada revista no período de cinco anos, e, como comparativo, o número de artigos/dissertações publicados em cada revista sobre a temática “criança” (menor de 6 anos de idade) e “Educação Infantil”:

Tabla 4 *Número total de publicações de cada revista no período de cinco anos, e número de publicações envolvendo os temas “criança” e “Educação Infantil”, referente aos cinco anos em cada revista.*

Revistas	Número de Publicações (artigos/dissertações) de cada revista referente aos cinco anos analisados	Número de publicações (artigos/dissertações) referentes à temática “criança” (menor de 6 anos de idade) em cada revista	Número de publicações (artigos/dissertações) referentes à temática “Educação Infantil” em cada revista.
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	238	2	
Revista Motriz	354	5	1
Revista UEM	285	6	1
Total	877	13	2

Fonte: Própria autora.

Percebemos que o total de número de artigos/dissertações publicados nos últimos cinco anos pelas três revistas é significativo e quando comparamos esse número ao total de publicações referentes às temáticas foco deste estudo, percebemos a baixa produção científica relacionada à área da Educação Infantil e à criança menor de seis anos de idade.

As pesquisas que foram identificadas através de seus títulos como referentes à temática “criança” demonstram que há um interesse pela produção e pesquisa referente às crianças de zero a cinco anos, porém, pouco. A maioria dos artigos ainda estão relacionados a uma concepção muito restrita aos aspectos de aptidão física, alguns deles fazem comparações entre gêneros, destacando que às crianças do sexo feminino apresentam desempenho físico inferior aos meninos.

Essa análise quantitativa das produções teóricas observadas (artigos/dissertações) nos permite apontar que as problemáticas têm impulsionado as pesquisas da Educação Física sobre a “criança” (menor de seis anos) estão voltadas para o estudo do desenvolvimento físico e motor, sendo estes também importantes para o desenvolvimento total da criança, porém, revelam a tendência de compreensão fragmentada de desenvolvimento, ainda ligada a aspectos da Educação Física difundida no passado, na qual a ênfase era o desenvolvimento do corpo e não da mente, entendemos esse aspecto a partir de Medina (2011) que discorre sobre a evolução das ciências:

(...) as ciências podem ter progredido substancialmente, como de fato progrediram em vários setores, mas as nossas ações podem ainda estar apoiadas em – ou influenciadas por – proposições de décadas atrás, ou quando não apoiadas em modernismos (ou pós-modernismos) que pouco acrescentam ao desenvolvimento integral do homem. (p. 63)

São apresentados resultados quanto a aptidões físicas, e alguns elaboram comparações de desempenho físico quanto ao gênero, onde se afirma que meninas têm desempenho físico inferior aos meninos de mesma idade, há uma separação corpo e mente, que ocorre, muitas vezes, pelo fato de que “somos herdeiros de uma concepção dualista do ser humano, que separa corpo e mente, como se isso fosse possível” (MATTOS; NEIRA, 2008, p. 9).

De todas as pesquisas publicadas, considera-se que apenas duas estão mais voltadas a uma discussão da Educação Física em uma perspectiva educacional, com uma preocupação mais integrada de currículo, em que a Educação Física contribua com o desenvolvimento integral da criança. Percebemos que os profissionais da Educação Física reconhecem a Educação Infantil como campo de possível atuação, mas, o estudo das publicações das revistas já citadas apontam que muito pouco se tem elaborado em nível de produção teórica quanto ao ambiente da Educação Infantil, à criança e os benefícios da Educação Física para o desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil.

Talvez essa tendência tenha a ver com o perfil das revistas, que parecem reconhecer a legitimar ainda o campo da ciência da Educação Física mais restrita a aspectos anatômicos e fisiológicos, fato que leva a direcionar seus estudos à criança com maior idade, onde aptidões físicas podem ser mais facilmente observadas e comparadas.

Entendemos que os profissionais da Educação Física têm um campo bastante abrangente de atuação, isto também podemos identificar ao realizar a leitura flutuante dos

sumários, onde encontramos títulos de publicações relacionados às mais diferentes áreas, onde incidiam muitas publicações relacionadas a aptidões físicas e saúde (da mulher, idosos, jovens, adolescentes, homens,...), isso pode explicar a baixa relevância dada à Educação Infantil em suas publicações teóricas.

Ressaltamos a importância de que outras discussões e estudos possam ser realizados neste campo, a fim de explorar aspectos não abordados neste trabalho, e considerações referentes a como são desenvolvidas no cotidiano escolar as práticas de Educação Física, para que estas venham a oferecer às crianças a possibilidade do desenvolvimento integral como destacamos em muitos momentos em nosso trabalho, não apenas o desenvolvimento motor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os aspectos históricos relativos à Educação Física e a Educação Infantil no Brasil abordados neste trabalho, podemos considerar que houve, nas últimas décadas, um avanço significativo no que se refere à qualidade das mesmas, sendo o acesso a estas um direito conquistado ao longo dos anos.

Se algum tempo atrás as crianças não eram reconhecidas como sujeitos detentores de direitos, hoje elas têm Políticas Educacionais voltadas para elas, abrangendo especificamente a Educação Infantil. Reconhecer a necessidade de organizar espaços educativos para esta faixa etária, primando por desenvolver as crianças em sua integralidade, por meio de múltiplas experiências que envolvam o cuidar, o brincar e o educar deixa visível a importância que elas ganharam na sociedade e, por conseguinte, no campo educacional.

O papel da Educação Física na sociedade também ganhou papel de destaque nas últimas décadas. Podemos perceber que as práticas de Educação Física difundidas há décadas tinham como intencionalidade preparar o sujeito para o trabalho, o corpo era moldado para ser capaz de suportar o trabalho pesado. Hoje já percebemos o movimento de autores que defendem os benefícios da prática da Educação Física para o corpo em sua plenitude: corpo e mente, e, assim, desenvolver no sujeito aspectos cognitivos, afetivos e relacionais.

Hoje as crianças da Educação Infantil estão tendo acesso às aulas de Educação Física, esse é um ponto positivo, uma vez que acreditamos nos benefícios das práticas de Educação Física para o desenvolvimento integral das crianças, como abordado anteriormente.

De acordo com nossa pesquisa, verificamos, através da análise das publicações teóricas realizadas nas três revistas eletrônicas que realizam publicações referentes à área da Educação Física, que o tema Educação Infantil e desenvolvimento da infância parece ainda ser insignificante nas pesquisas.

Poucos artigos foram encontrados referentes à temática “Educação Infantil” e “criança” (menor de seis anos). Estes profissionais têm um campo bastante grande de atuação, e muitas de suas publicações mostravam-se voltadas para a área da saúde e aptidão física, estas referentes a diversos sujeitos (homem, mulher, idoso, adolescente, jovens).

Esperávamos encontrar pesquisas, produções referentes a práticas pedagógicas de Educação Física no ambiente da Educação Infantil, porém, a maioria das produções e pesquisas que abordavam a temática “criança” (que eram poucas) estavam voltadas para a investigação dos benefícios da Educação Física para o desenvolvimento motor e aptidão física

através de testes, com referência ao sexo frágil da mulher, uma vez que algumas anunciavam as meninas como inferiores aos meninos quanto à aptidão física.

Percebemos no decorrer da pesquisa e acesso à produção teórica das três revistas, resquícios históricos da Educação Física voltada para os benefícios do corpo, a saúde, não que essas publicações não venham a ser importante, porém, sentimos a falta de material teórico e pesquisas que viessem a discorrer sobre os benefícios da Educação Física para o desenvolvimento integral do sujeito, não só o motor, sendo esse benefício considerado no nosso trabalho.

Muitos autores discutem a importância dos movimentos e do cuidado com o corpo na Educação Infantil, mas não há referência no currículo, parece ainda pouco legitimado nos documentos, uma vez que não temos considerações específicas sobre quem deve ser o profissional a ministrar aulas de Educação Física nas escolas de Educação Infantil, que, em muitas escolas, é desenvolvida através de aulas de psicomotricidade.

Acreditamos que falta um maior debate sobre este tema, e podemos considerar que os profissionais da Educação Física também consideram esse debate significativo, uma vez que os dois artigos publicados nas revistas, um no ano de 2010 e outro no ano de 2012 sobre a temática “Educação Infantil”, traziam a necessidade de haver um trabalho conjunto entre professor regente da turma e professor da área da Educação Física no trabalho com as crianças pequenas.

Os dados da pesquisa apontam para a pouca produção teórica referente à Educação Infantil e a criança, considerando que a Educação Infantil vem se tornando, cada vez mais, campo de atuação destes profissionais esperávamos encontrar um número maior de pesquisas na área.

A desenvolver essa pesquisa também nos surpreendemos com os baixos números de publicações referentes as temáticas pesquisadas, porém compreendemos e respeitamos a importância do material encontrado, assim como respeitamos as demais publicações das revistas, que devem buscar atender a todos os campos em que atuam, com mais ou menos ênfase de pesquisas.

Respondendo ao nosso problema de pesquisa que buscou investigar a relevância dada a Educação Infantil nas produções teóricas da Educação Física, podemos afirmar, através dos dados qualitativos e quantitativos que é pouca a ênfase dada a essa área da educação que é também campo de atuação dos profissionais da Educação Física.

Existem muitos desafios ainda para que a Educação Física venha de fato a ser vista como disciplina capaz de desenvolver o sujeito de forma integral, um deles é o

reconhecimento por parte dos profissionais da área dessa capacidade da prática da Educação Física e disseminação dos seus benefícios para formação intelectual, social e afetiva dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARDIN, Laurete. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora 70. 2010.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. **A avaliação e a observação**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 de set. 2014.

_____. **Estatuto da Criança e Adolescente**. 7.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

Disponível em : <file:///C:/Users/User/Desktop/estatuto_crianca_adolescente_7ed.pdf>.
Acesso em: 13 set. 2014.

_____. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Brasília, 1971. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1971/5692.htm>>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em : 13 set. 2014.

_____. **Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. **Lei nº 12. 796 de 1º de dezembro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.793.htm>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. **Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009**. Brasília. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. **Resolução nº5, de dezembro de 2009**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.portalsas.com.br/portal/pdf/Resolucao_n5.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais:** Educação física /Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2014.

_____. **Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil/** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação. __ Brasília: MEC/ SEF, 1998.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física No Brasil:** história que não se conta. 19. ed. Campinas SP: Papyrus, 2011.

GONÇALVES, Maria Augustin Salin. **Sentir, pensar e agir:** corporeidade e educação. 15.ed. Campinas: Papyrus, [2011?].

GRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação Infantil:** pra que te quero? – Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

MATTOS, Mauro Gomes de; NEIRA, Marcos Garcia. **Educação física infantil:** construindo o movimento na escola. 7. ed., rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2008. 130 p.

MEDINA, João Paulo Subrirá; HUMGARO, Edson Marcelo; ARAÚJO, Rogério dos Anjos; BRACHT, Valter (Colab). **A educação Física cuida do corpo... e ‘mente’:** novas contradições e desafios do século XXI. 26. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

MOYLES, Janet R. **A excelência do Brincar:** a importância da brincadeira na transição entre a educação infantil e anos iniciais/ Janet R. Moyles...[et al.]; trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese.--- Porto Alegre: Artmed, 2006.

NISTA-PICCOLO, Vilma Leni; MOREIRA, Wagner Wey. **Corpo em movimento na Educação Infantil.** 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento Silveira. **Psicologia da aprendizagem:** processos, teorias e contextos. 2.ed. Brasília: Liber Livros, 2009.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa. **Organização do ensino no Brasil:** níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB . (org.): Afrânio Mendes Catani... [et.al].- 2. ed. – São Paulo: Xamã, 2007.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **O currículo na educação infantil: o que propõem as novas Diretrizes Nacionais? Anais do I Seminário nacional: currículo em movimento-perspectivas atuais.** Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:2udFOIQbTIQJ:portal.mec.gov.br/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D7153%26Itemid%3D+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 14 set. 2014.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação.** Diálogo Educacional, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006.

SOARES, Carmem Lucia; TAFARREL, N. Z. Celi; VARJAL, Elizabeth; CASTELLANI FILHO, Lino; SCOBAR, O. Ortega; BRACHT, Valter. **Metodologia do ensino de educação física.** 2. ed., rev. São Paulo: Cortez, 2009.

TANI, Go; MANOEL, Edison de Jesus; KOKUBUN, Eduardo; PROENÇA, José Elias de. **Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista.** 4. ed. São Paulo: EPU, 2011.